

Política monetária Banco Central reduz taxa para 12,75% e volta a mencionar importância do fiscal para o controle da inflação

Copom indica ritmo de corte de 0,5 ponto na Selic até o fim do ano

Larissa Garcia e Alex Ribeiro
De Brasília e São Paulo

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu ontem pela segunda vez a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 ponto percentual, para 12,75% ao ano, conforme já havia sido sinalizado. No comunicado da decisão, o colegiado repetiu a indicação de que continuará no mesmo ritmo "nas próximas reuniões", o que exclui a possibilidade de cortes mais intensos neste ano, a menos que o cenário fique mais favorável.

"Em se confirmando o cenário esperado, os membros do Comitê, unanimemente, antevêm redução de mesma magnitude nas próximas reuniões e avaliam que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário", reiterou o documento, em trecho idêntico ao da decisão anterior. Em 2023, o colegiado se reúne mais duas vezes, em novembro e em dezembro.

O restante do parágrafo, que faz a sinalização para as próximas reuniões, também não sofreu mudança: "O Comitê ressalta ainda que a magnitude total do ciclo de flexibilização ao longo do tempo dependerá da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de inflação, em particular as de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos".

Na ata do encontro anterior, publicada uma semana depois da reunião, o colegiado enfatizou que acelerar o ritmo "exigiria surpresas positivas substanciais", mensagem que foi reforçada depois por membros do Copom em falas públicas. Após divergência de votos na reunião anterior, a decisão desta quarta-feira foi unânime. Em agosto, quando houve o primeiro corte na Selic, cinco dos nove membros do comitê defenderam o corte de 0,50 ponto e quatro de 0,25 ponto. O

presidente do BC, Roberto Campos Neto, ficou no primeiro grupo, que votou pelo corte maior.

Embora tenha retirado a questão fiscal do balanço de riscos para a inflação na reunião de agosto, no documento divulgado ontem o BC reforçou a importância da "firme persecução" das metas de resultado primário já definidas, tendo em conta o impacto na ancoragem das expectativas e, consequentemente, na condução dos juros. Em agosto, não houve menção às contas públicas no comunicado.

"Sinalização de que essa queda vai seguir nas próximas reuniões dá uma tranquilidade grande para o mercado"
Dario Durigan

A reação da equipe econômica, desta vez, foi amena. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o governo recebeu de maneira "muito positiva" a decisão. "Com a sinalização de que essa queda vai seguir nas próximas reuniões, isso dá uma tranquilidade grande para o mercado, uma boa sinalização", afirmou na condição de ministro interino, enquanto Fernando Haddad cumpre agenda em Nova York. "Esperamos seguir fazendo nosso esforço, harmonizando a política fiscal, para que a política monetária siga nessa tendência, que é muito positiva para o país."

Como a política monetária age com defasagem, o comitê mira atualmente a inflação de 2024 e, em menor proporção, de 2025. Para os períodos, o Copom revisou para cima suas projeções, que ficaram em 3,5% e 3,1%, respectivamente, ambas 0,1 ponto percentual acima da previsão anterior. Para este ano, a expec-

tativa também ficou maior, de 5%, contra 4,9% em agosto.

O cenário do BC considera a trajetória do relatório Focus para a Selic, que nesta semana prevê cortes de 0,5 ponto em novembro e em dezembro, com os juros em 11,75% ao ano no fim de 2023. Para 2024, a mediana dos analistas consultados é de 9,00% e de 8,50 ao ano para 2025.

A decisão veio em linha com mediana das expectativas do mercado — das 140 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor, 139 esperam um corte de 0,5 ponto e apenas uma aposta em uma queda de 0,25 ponto.

A autoridade monetária manteve praticamente inalterado o seu balanço de riscos para a inflação, destacando dois fatores com pesos semelhantes em cada direção, para cima e para baixo, sem mudar a sua simetria. Entre os riscos de alta, voltou a citar "uma maior persistência das pressões inflacionárias globais" e também "uma maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais apertado".

Do lado dos riscos de baixa, o Copom voltou a incluir uma possível "desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada". Até agosto, o comitê destacava que esse risco para a atividade global se dava "em particular em função de condições adversas no sistema financeiro global". O outro risco destacado pelo Copom são "os impactos do aperto monetário sincronizado sobre a desinflação global se mostrarem mais fortes do que o esperado".

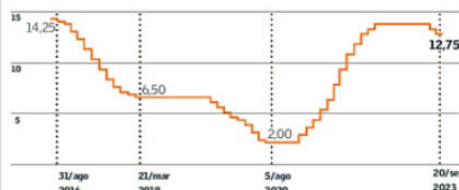
Segundo o comunicado, o ambiente externo se mostra "mais incerto", com a continuidade do processo de desinflação, embora os núcleos ainda estejam elevados e haja resiliência nos mercados de trabalho de diversos países. O colegiado destacou, ainda, que a elevação das taxas de juros de longo prazo dos Estados Unidos e crescimento menor na China exigem "maior atenção" dos emergentes.

Em relação ao cenário doméstico, o Copom observou maior resiliência da atividade econômica do que o esperado, mas afirmou que segue antecipando um cenário de desaceleração da economia nos próximos trimestres.

Sobre a inflação brasileira, o comitê ressaltou que, como antecipado, ocorreu uma elevação do índice cheio ao consumidor em 12 meses. "As medidas mais recentes de inflação subjacente apresentaram queda, mas ainda se situam acima da meta para a inflação." (Colaboraram Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta, de Brasília)

Selic em queda

Nas datas de reunião - em % ao ano



Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Finanças **Caderno:** C **Página:** 1